

A UNESCO
E A INFORMAÇÃO*
Paulo Carneiro
Vice-Presidente do Conselho Executivo
da UNESCO
Paris, França

Desde a sua criação, em 1946, procurou a Unesco melhorar, por toda parte, os meios de informação, dando-lhes alta prioridade nos seus planos de trabalho. Com esse objetivo, consagrou a nova Organização grande parte dos seus recursos ao desenvolvimento das bibliotecas e dos arquivos, do cinema, do rádio e da televisão.

Participou largamente o Brasil desse esforço e dos benefícios que ele trouxe à educação e à cultura, à ciência e à tecnologia. A fundação, em 1954, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) foi um passo importante nesse sentido.

Entrosou-se, logo, o Instituto, nas transformações por que passou o nosso país, sob o impulso do então Conselho Nacional de Pesquisas e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, promotores do tratamento racional dos nossos problemas, com planos a longo prazo e financiamentos adequados.

Abriu-lhes o caminho a Academia Brasileira de Ciências, através do espírito renovador que implantou em nosso país. Sem ele não teria surgido o CNPq, nem se teriam dedicado os matemáticos, os físicos, os químicos, os biólogos, a modernizar os nossos métodos de trabalho e a atualizar os nossos conhecimentos. Foi a Academia o

primeiro cenáculo em que se debateu o problema da informação em ciência e tecnologia e nela surgiram os primeiros projetos de utilização do rádio e do cinema no campo da educação e da cultura.

Pouco a pouco convergiram todas as atividades dessas instituições para renovação da infra-estrutura do nosso país. Em 1964, promoveu o BNDE a criação do Fundo de Desenvolvimento Tecnológico (FUNTEC), o que permitiu o financiamento e a execução de inúmeros e valiosos planos-piloto, até então em suspenso. Pouco depois surgiu no Ministério do Planejamento a FINEP, com os recursos e poderes necessários para custear estudos e projetos de caráter pioneiro.

A adoção pelo CNPq de um plano nacional de desenvolvimento científico e tecnológico; a instituição de cursos de pós-graduação nas nossas principais universidades; a existência de centros de ensino e pesquisa de alto nível da *Coppe*; a instalação, em todos os estados, de secretarias de Ciência e Tecnologia, são índices seguros dos rumos certos que tomamos.

A partir de 1960, tiveram igual importância as medidas adotadas para a reforma do nosso sistema de informação. A primeira delas foi a constituição, em 1963, do Fundo Nacional de Telecomunicações, a que se seguiu, dois anos depois, a criação da *Embratel*. Ao mesmo tempo que modernizava os seus serviços de telefone e televisão, com a implantação das rotas de microondas, aderiu o Brasil ao Consórcio internacional de telecomunicações. A nossa inclusão na *Intelsat* rompeu o isolamento em que nos achávamos. Fruiu, desde então, o Brasil, da possibilidade de contatos via satélite,

utilizando a estação rastreadora da *Embratel*, instalada em Tanguá, no município de Itaboraí. Consciente dos progressos daí decorrentes para um país da extensão do nosso, criou o CNPq a então Comissão Nacional de Atividades Espaciais, com sede em São José dos Campos. Foi por ela elaborado o projeto de um satélite doméstico, destinado a difundir informações em todo o território nacional, mas não o pôs, finalmente, o Conselho em execução.

Quando, há dez anos, se constituiu o Ministério das Comunicações, coube-lhe a função de coordenar planos e trabalhos até então dispersos, e estabelecer uma política nacional nessa matéria. Abriram-se, assim, largos horizontes às organizações, privadas e públicas, interessadas no desenvolvimento dos meios de informação. Em 1972, surgiu a *Telebrás* que passou a gerir o Fundo de Telecomunicações, a *Embratel* e as empresas do mesmo tipo que se foram criando nos estados.

Encomendado pela *Telebrás*, está em vésperas de lançamento, no Cabo Kennedy, um satélite para uso exclusivo do Brasil, com apoio em 14 estações terrenas distribuídas por todo o país.

O papel que desempenhou o *IBBD* no quadro do nosso desenvolvimento foi-nos altamente benéfico. Devemos-lhe tanto a remodelação dos nossos métodos de documentação e bibliografia, como a formação de pessoal qualificado para os serviços das nossas bibliotecas e dos nossos arquivos. A alta proporção de mulheres que atraiu para os seus postos de ensino e de pesquisa deu-lhe a feição singular de um gineceu de brilhantes especialistas

Criado sob os auspícios da Unesco, a pedido do Governo brasileiro, foi o *IBBD* planejado pela Prof^a Lydia Sambaqui, sua ilustre diretora, durante vários anos. Tive, então, o prazer de prestar-lhe a colaboração que ela solicitou para obter da Unesco o auxílio financeiro e técnico necessário à instalação e ao início dos trabalhos do Instituto.

Após 22 anos de excelentes serviços no campo da documentação e da bibliografia, deixou o *IBBD* de existir, legando ao seu sucessor o seu acervo, a sua experiência e o seu renome. Ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia compete, doravante, assessorar o CNPq nesse setor, devendo para isso, segundo os termos do seu estatuto “promover convênios e acordos com entidades que utilizam esse tipo de informações, e garantir um efetivo processo de transferência de conhecimento, em escala nacional e internacional”. Avulta, entre as suas finalidades, o encargo de “participar de atividades similares de instituições estrangeiras e internacionais, integrando o Brasil no plano de ação cooperativa para um eficiente sistema mundial de informações”.

A fim de dar um bom desempenho a esse mandato, deverá o novo Instituto estreitar as suas relações com a Unesco, pois desde a sua primeira Conferência Geral, assegurou ela destacado papel a informação científica e tecnológica: “Por toda parte desejam, hoje, os povos construir um mundo novo e melhor, interessando-se vivamente pelas imensas possibilidades que a ciência criou para o acréscimo do bem-estar humano. Desde que se sabe que uma libra de Urânio 235 fornece a mesma energia que 10.000 toneladas de carvão, é geral o empenho de conhecer os proveitos que a sociedade

pode tirar da energia atômica. O Departamento de Ciências Naturais da Unesco tomará a seu cargo as informações que nesse domínio transmitirá ao público. Editará, ao mesmo tempo, livros, brochuras e textos radiofônicos, sobre os diversos aspectos do progresso científico. Esta função educativa da Unesco, no que diz respeito à ciência e à tecnologia, é de extrema importância, pois terá grande influência sobre os rumos que elas virão a tomar”.

Segundo essas diretrizes, criaram-se imediatamente, em vários Estados, centros de documentação científica e tecnológica. Durante alguns anos foram eles os únicos elementos de ligação entre os pesquisadores isolados em seus laboratórios, suas universidades, seus institutos tecnológicos, e os programas de desenvolvimento econômico e social que por toda parte se esboçavam.

À medida que crescia, no mundo inteiro, o ritmo da produção científica e tecnológica, mais necessário se tornava conhecer tudo o que, a esse respeito, surgia de novo, a cada momento. Tomou, então, a Unesco, a iniciativa de substituir os seus antigos centros de documentação, mal articulados entre si, por um sistema capaz de assegurar, com maior amplitude e mais presteza, a permuta e a transferência internacional da informação. Foi para isso criado, em 1973, o *UNISIST* que passou a ser o principal instrumento de ação da Unesco nesse campo de atividade. Os objetivos que lhe foram traçados têm o propósito de acelerar o desenvolvimento econômico e social em todas as regiões do mundo. Destina-se ele, essencialmente, a promover acordos de cooperação entre os Governos e as Organizações internacionais; a atender às necessidades dos países em via de desenvolvimento e a estabelecer uma rede

mundial de centros de informação científica e tecnológica.

O planejamento e a execução do programa Unisist está a cargo de um Conselho diretor eleito para esse fim pela Conferência Geral da Unesco. Aos comitês nacionais destinados a aplicar esse sistema nos diversos países, compete participar dos trabalhos do Conselho diretor do Unisist e das reuniões por ele organizadas. Cabe-lhes igualmente anunciar os progressos realizados no âmbito nacional e tomar todas as providências que a adoção desse sistema requeira.

Todo o noticiário sobre o assunto deverá ser difundido pelo Boletim de Informação do Unisist.

O campo de aplicação desse sistema tende a estender-se às ciências sociais, à educação e a vários outros domínios. Um dos mais importantes é o da política científica e tecnológica, a que numerosos governos dão agora grande atenção. Sob o título de SPINES, propôs a Unesco aos seus Estados Membros um programa de intercâmbio de informações em torno dessa questão. No âmbito desse projeto, serão difundidos os dados bibliográficos e numéricos sobre a política, em matéria de ciência e tecnologia, com especial referência às incidências que tenha sobre o desenvolvimento.

Quando posto em execução, o sistema SPINES compreenderá um grupo central, inteiramente autônomo, e diversas unidades nacionais servindo de agentes de ligação com os países que a ele aderirem. O *Thesaurus Spines*, publicado em 1976, foi concebido de modo a permitir a indexação dos documentos referentes aos aspectos da política científica e

tecnológica e aos projetos de pesquisa e desenvolvimento experimental.

Tais são os programas de informação em ciência e tecnologia até aqui geridos pela Unesco, no quadro do seu Departamento de Ciências Naturais. Não se restringiu, porém a eles, a sua ação.

Desde os seus primórdios, consagrou especial atenção aos problemas das bibliotecas e arquivos. O papel que, desde tempos imemoriais, lhes cabe, quer na conservação, quer na difusão do saber, asseguraram-lhe, naturalmente, lugar privilegiado no programa da Organização.

Em seu famoso dicionário, publicado em fins do século XVIII, Samuel Johnson define as bibliotecas como *coleções de livros ocultos em locais fechados que só os ratos e os sábios freqüentam ...*

A Unesco veio abrir às massas as portas desses recintos e promover o livre acesso às obras que contêm. Lançou, ao surgir, um manifesto que se tornou famoso, proclamando a urgência de uma extensa rede de bibliotecas públicas que pusessem ao alcance do povo as riquezas do saber humano. Encarou-se, desde logo, como centros vivos de informação e de pesquisa e focos de cultura. A título experimental, criou com os seus próprios recursos três bibliotecas desse tipo, na Índia, na Nigéria e na Colômbia, organizando em torno delas estágios de estudo e conferências.

Para fornecer aos estabelecimentos de ensino a documentação especializada de que carecem, patrocinou, igualmente, a Unesco, a formação de bibliotecas escolares e universitárias, integrando-as nos planos nacionais de educação e debates, levados a efeito no mundo inteiro, permitiram-lhe melhorar de ano

para ano a infra-estrutura, o aparelhamento técnico e a eficiência dessas instituições.

Deu a Unesco início às suas atividades, nesse sentido, com o planejamento de uma biblioteca pedagógica mundial e a criação de um centro internacional de bibliografia e documentação. Convocou, ao mesmo tempo, uma reunião de especialistas para o preparo de um manual de técnica bibliográfica, e uma conferência intergovernamental, com o propósito de normalizar os vários sistemas de catalogação. Atenta às inovações que então surgiram nos processos de reprodução de documentos, confiou a um comitê de peritos a organização de um centro de pesquisas sobre a questão.

Estes temas, inscritos no seu primeiro programa de trabalho, atestam o espírito pioneiro com que a Unesco se empenhou em criar um estilo novo de bibliotecas, voltadas, ao mesmo tempo, para o passado e para o porvir. Munidas de laboratórios, de instalações de microfilmagem, de máquinas xerox, de serviços de restauração e de computadores, com um quadro de pessoal dotado de títulos diplomáticos universitários, nada tem de comum as bibliotecas de hoje com as coleções de livros do Dr. Johnson ...

Contou a Unesco, na execução desse programa, com a cooperação de grande número de associações de bibliotecários e documentalistas, de prestigiosa tradição, tais como a Federação Internacional de Documentação (FID), a Federação Internacional das Associações de Bibliotecários (FIAB) e a Federação Internacional para o Tratamento de Informação. Todas elas recebem subvenções da Unesco e realizam, sob os

seus auspícios, congressos e conferências, em que são analisados e discutidos os problemas ligados às atividades e à expansão das bibliotecas e dos centros de documentação e bibliografia.

Aos seus Estados membros oferece a Unesco, nesse setor, a assistência do seu Secretariado, bolsas de estudo e peritos. No plano regional, promove a criação de centros especializados, organiza estágios de estudo e seminários.

Deu sempre a Unesco uma atenção particular à bibliotecas nacionais, em virtude do papel que desempenham no intercâmbio de publicações e no estabelecimento da bibliografia corrente e retrospectiva dos países. As convenções que elaborou e o lançamento, em cooperação com a FIAB, do projeto de controle bibliográfico universal (CBU), facilitarão, consideravelmente, o trabalho dessas bibliotecas. A utilização dos computadores tornará enfim possível a realização tão desejada, de uma bibliografia mundial.

O Boletim, consagrado às bibliotecas, que a Unesco publica, há trinta anos, tem lhes prestado inestimáveis serviços. As notícias e os projetos que divulga, permitem o confronto das idéias apresentadas e das experiências levadas a efeito, nesse longo período, no mundo inteiro. Nada se pode escrever em matéria de biblioteconomia comparada sem recorrer às coleções desse precioso Boletim. Sem ele, pouco se saberia do que se passa em grande número de regiões, no domínio da informação e das bibliotecas. Editado nas cinco línguas de trabalho da Unesco, atinge um público imenso, o que dá a tudo que nele se insere uma irradiação excepcional.

Ao mesmo tempo que desencadeava esse admirável movimento de renovação das bibliotecas, fazia a Unesco ingentes esforços para tirar os arquivos do abandono em que se achavam em grande número de países. Consta já do seu primeiro programa o projeto de criar em cada Estado um centro de informações sobre os arquivos nele existentes. Dois anos apenas após a entrada em vigor do seu Ato Constitutivo, tomava a Unesco a decisão de fundar o Conselho Internacional de Arquivos, o CIA. Tão importante foi essa medida que se pode datar dela a ressurreição dos arquivos em quase todas as partes do mundo. Multiplicaram-se, a partir de então, os congressos internacionais consagrados aos problemas técnicos, jurídicos e funcionais dessas instituições. O primeiro deles realizou-se em Paris, em 1950, na própria sede da Unesco. O mais recente teve lugar em Bogotá, no mês de março de 1976. Os progressos realizados nesse intervalo refletem-se de modo incisivo no temário e nos debates dessas duas reuniões. Poucos foram, certamente, os especialistas que participaram de uma e outra, mas as atas atestam a magnitude da transformação promovida pela Unesco nesse domínio. Os admiráveis edifícios que os arquivos ocupam, atualmente, nos Estados Unidos, no Canadá, em toda Europa, tanto na França, na Inglaterra, na Alemanha, na Holanda, como na União Soviética e nos diversos países socialistas, são o melhor testemunho da mudança que se operou no espírito mundial quanto a essas instituições. Fazem elas, hoje, parte integrante da vida política, cultural e econômica de cada país. Relicários do passado, fontes insubstituíveis da história de cada nação, em todas as suas unidades territoriais, desde as grandes cidades até os menores vilarejos, são os arquivos, pelos dados que possuem e pelas informações que

forneem, elementos indispensáveis de todo planejamento racional da vida moderna. Os documentos que conservam sob a sua proteção constituem para todos os que trabalham no campo das ciências sociais um material de pesquisa e reflexão de incomparável valor.

Precursora dessa tomada de consciência que se estendeu agora a todos os países, empenhou-se a Unesco em generalizar o uso do microfilme, quer para remediar perdas e destruições, quer para permitir a comunicação, em fac-simile, de documentos raros.

A importância dos arquivos e as obrigações que impõem à administração pública e às entidades privadas, exigem que eles sejam amparados por uma legislação especial. Os dispositivos jurídicos, de âmbito nacional, foram em boa hora completados pelos convênios internacionais promovidos pela Unesco. Além de protegerem essas inestimáveis instituições asseguram esse instrumentos uma melhor utilização delas. O livre acesso aos arquivos é tão importante para a cultura mundial quanto o livre acesso às bibliotecas. Vela a Unesco, com igual empenho, pelo bom cumprimento desses dois preceitos.

Frágeis e perecíveis pela sua própria natureza, exigem os documentos de arquivo cuidados crescentes para a sua conservação. Os recursos técnicos de que dispõem hoje, para isso, os especialistas, resultaram, em grande parte, de pesquisas promovidas pela Unesco. Foi também iniciativa dela a criação de centros de restauração, de âmbito regional, providos de laboratórios para a investigação de novas técnicas e de oficinas para o adestramento do pessoal encarregado dessa árdua e delicada tarefa, em cada país.

As associações de arquivistas e as associações de bibliotecários tornaram-se as melhores colaboradoras da Unesco, tanto no planejamento, como na execução, das diversas medidas que mencionamos. Para retribuir-lhes os serviços que lhe prestam, põe a Unesco, anualmente, à disposição de cada uma delas um certo número de bolsas de estudo e organiza para o seu pessoal cursos e estágios de aperfeiçoamento.

Tão estreitas são as relações entre as bibliotecas e os arquivos que a Unesco concentrou no mesmo Departamento tudo o que lhes diz respeito. Por outro lado, as funções que exercem na transmissão dos conhecimentos por eles acumulados integraram-nos pouco a pouco nos sistemas de informação dos países a que pertencem. É a esse título que a Unesco deles se ocupa, procurando entrosá-los, de modo cada vez mais íntimo, nas infra-estruturas nacionais, como fatores de desenvolvimento cultural, econômico e político. Os mecanismos postos em jogo com esse fim constam do programa designado pela sigla NATIS.

Os seus objetivos foram formulados pela Conferência intergovernamental organizada pela Unesco em 1974, com o concurso da Federação Internacional de Documentação (FID), da Federação Internacional das Associações de Bibliotecários (FIAB) e do Conselho Internacional de Arquivos (CIA). Vários países já tomaram esse programa como base das reformas e inovações que planejam.

Até agora havia a Unesco tratado a informação em ciência e tecnologia separadamente da informação no campo das bibliotecas e dos arquivos. Durante muito anos os homens de ciência

exigiram essa separação, desejosos de manter sob o seu controle direto todo o programa *Unisist*. A tendência para o tratamento global da informação, em todos os setores, ganhou, porém, pouco a pouco, terreno, tendo muito concorrido para isso, nos últimos anos, a intervenção pessoal da atual diretora da Divisão de Documentação, Bibliotecas e Arquivos da Unesco, Dra. Célia Ribeiro Zaher. A proposta de fusão foi apresentada à Conferência de Nairóbi pelo Diretor Geral da Organização. Depois de vivos debates, foi o projeto aprovado por larga maioria. O texto da resolução estabelece os rumos novos que toma a Unesco nesse domínio. Harmoniza-se todo o seu programa em matéria de informação e passa ele a ser gerido por um único Conselho, composto de 30 membros eleitos pela Conferência Geral. Ficarão, doravante, sob o seu controle, todas as atividades da organização nos domínios da informação científica e técnica, da documentação, das bibliotecas e dos arquivos.

Compor-se-á este programa unificado de dois elementos essenciais: o *Unisist* e o *Natis* que se entrelaçam e se completam, tanto no plano nacional como internacional.

O programa adotado em Nairóbi entrará em execução no biênio que ora começa. Os benefícios que trará aos países que dele participarem, disporão talvez os governos a incorporá-lo aos seus planos de desenvolvimento econômico e social.

Aos meios de informação de massa, recorre também a Unesco para dar cumprimento a outros dispositivos da sua Constituição. Cabe-lhe, assim, por expresso mandato, “favorecer o conhecimento e a compreensão recíproca

dos povos” e “facilitar a livre circulação das notícias pela palavra e pela imagem”.

As desigualdades econômicas e técnicas existentes entre as diversas regiões do mundo têm dificultado a execução dessas recomendações. O debate que em torno delas se travou na última Conferência Geral mostrou que, ainda hoje, a maioria dos países não tem as estruturas nem os meios necessários, quer para transmitir, quer para receber, informações e idéias. O inquérito que a Unesco recentemente fez sobre os meios de comunicação de massa põe em evidência que um pequeno grupo de países tecnicamente evoluídos e altamente industrializados produz toda a informação que circula no mundo. Para que cesse esse desequilíbrio, é necessário que as regiões em via de desenvolvimento superem as deficiências atuais de suas infra-estruturas. Em 30 países da Ásia não há qualquer serviço de televisão. Em 9 países africanos não circula um só jornal diário; em 15 outros, os quotidianos existentes atingem apenas 1% da população. Só 10 habitantes em 100 dispõem de receptores de rádio em 40 países africanos. A proporção é menor ainda em 17 países da Ásia. Mostram esses índices, que tanto se verificam na imprensa, como no cinema, no rádio e na televisão, o profundo desequilíbrio que reina no mundo. Daí resulta que o fluxo de informações dos países altamente industrializados para os países em via de desenvolvimento é cem vezes maior do que no sentido inverso. O mais grave é que, longe de diminuir, essa desproporção se acentua à medida que os meios de comunicação se tornam mais aperfeiçoados e, portanto, mais dispendiosos. A extensão que toam dia a dia as comunicações via satélite torna essa situação realmente alarmante e cria nos países em via de desenvolvimento uma profunda inquietação.

Só uma nova ordem econômica e social, que corrija esses desníveis, poderá dar uma solução satisfatória a esse problema. Os projetos que, nesse sentido, estão sendo elaborados pelas Nações Unidas, receberam o mais decidido apoio da Unesco. Tomou ela, com esse fim, o encargo de estabelecer os princípios que permitirão formular uma política mundial de comunicação. Um primeiro projeto foi redigido por um grupo de peritos, convocados pelo Diretor Geral da Unesco, em 1975. Não foi ele, porém, favoravelmente acolhido pela Conferência de Nairóbi. Por proposta da Delegação do Brasil, apresentada no plenário pelo Embaixador Pena Marinho, foi o Diretor Geral da Unesco autorizado a proceder a novas consultas e a preparar um novo projeto em que figurem claramente os princípios que deverão orientar a aplicação dos meios de informação à consolidação da paz e da compreensão internacional, assim como à luta contra a propaganda belicista, o racismo e o *Apartheid*. Deverá esse novo texto ser submetido à consideração dos Estados Membros da Unesco no princípio do ano próximo.

Foram os problemas da informação tratados, em nível regional, na Conferência realizada, no ano passado, em São José da Costa Rica. Trinta recomendações aí foram formuladas, tendo particularmente em vista os aspectos que a questão apresenta na América Latina.

Ao relatar os resultados dessa reunião, salientou o Diretor Geral da Unesco a importância dos pontos ali debatidos. Lembrou que a Conferência solenemente afirmou a intenção dos governos da América Latina de formular e pôr em execução, políticas nacionais de

comunicação, tendentes à integração regional. Foi unânime a posição dos delegados quanto à necessidade de assegurar a identidade histórica e cultural dos povos latino-americanos e de reequilibrar os fluxos de informação tão desiguais atualmente. Consideraram também que a aceitação, sem discernimento, de livre circulação das idéias e notícias num mundo dominado pela desigualdade econômica, voltava-se contra as intenções generosas desse princípio, pois a sua aplicação indiscriminada assegurava, na prática, o monopólio da informação aos mais poderosos, reduzindo os demais ao silêncio e à passividade. A verdadeira liberdade é inseparável do direito de acesso à comunicação por parte de toda a comunidade humana.

A análise dos documentos dos relatórios e dos debates da Conferência Geral da Unesco, realizada em Nairóbi, põe em evidência a preponderância que nela teve o problema da informação. Toda a Conferência transcorreu sob o signo dos satélites. A título experimental foi um deles posto a seu serviço por toda a duração dos seus trabalhos. Deram-lhe o nome de Sinfonia e colocaram-no a 36.000 quilômetros de altitude para que se sincronizasse a sua velocidade com a da Terra. Parecia ele, assim, imóvel, sobre as nossas cabeças, como um prenúncio, já, do nosso milênio.

O fascínio que os meios de informação de massa, jornais, revistas, cinema, rádio, televisão exercem sobre todos os homens, torna o mundo fácil presa das mensagens que recebe. Consciente disso, assinalou a Unesco, desde 1945, os males que, ao lado dos seus inúmeros benefícios, podem esses órgãos trazer à sociedade. Entre os mais flagrantes, salientam-se o aviltamento do gosto, a degradação da

linguagem, a criação de mitos e a freqüente deturpação dos fatos. Por falta de providências adequadas, acentuaram-se, com o tempo, esses inconvenientes. Hoje, como ontem, empenha-se a Unesco em corrigi-los e apela constantemente para os seus Estados Membros nesse sentido.

O papel crescente que, em todos os setores da vida moderna, têm os órgãos de informação, imprimirá ao último quartel do século XX marca singular. Graças a eles, todos os pontos do mundo podem pôr-se em contato em frações de segundo. Com a mesma instantaneidade, podem os homens de todos os continentes, e de todas as raças, livremente dialogar. Na memória da humanidade ficam registradas as idéias, as vozes e as imagens de cada geração. Unidos por todos esses laços, visíveis e invisíveis, tornam-se os homens, cada vez mais, “membro uns dos outros”, segundo o aforismo de São Paulo!